

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 25 OUTUBRO DE 2011.-----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Sousa Neves Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e pelo Grupo CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre.-----

---Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos.-----

#### ----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente deu início à reunião e, após cumprimentar todos os presentes, solicitou aos elementos do público que pretendiam intervir que se inscrevessem.-----

#### --- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

--- O Sr. Francisco Morgado reportou-se a comentários do Sr. Vereador António Jorge Lopes numa publicação, em que este refere que em dia de eleições, são utilizadas carrinhas das Junta de Freguesia para transportar pessoas das suas casas até aos locais de votação, designadamente em Alcoentre e Vila Nova da Rainha. Informa que vai levar esta situação ao conhecimento da Junta de Freguesia de Alcoentre, que é visada nestes comentários, à Assembleia de Freguesia de Alcoentre e à próxima Assembleia Municipal.-----

--- De seguida interveio o Sr. José de Almeida que referiu a Assembleia que se realizou no dia 20, na Casa do Povo de Aveiras de Cima por causa do encerramento da estação dos CTT. Na altura uma das questões que levantou foi o facto de só existirem dois marcos de correio em Aveiras de Cima, tendo sugerido a colocação de mais um na Praça da Republica, pelo que pergunta se houve alguma sugestão por parte do município aos CTT para esta situação. Continuando, referiu que na reunião de 17 de dezembro de 2009 foi deliberado, por unanimidade, a elaboração de uma minuta do Plano de Pormenor da zona nascente de Aveiras de Cima, bem como a participação preventiva, por 15 dias, para a formulação e apresentação de quaisquer questões que possam ser consideradas na elaboração daquele plano. Pergunta em que situação se encontra este assunto e se já é possível consultar algum documento. A questão prende-se com a variante de Aveiras de Cima, que se impõe pois o trânsito cada vez é mais intenso, o que complica a circulação dentro de Aveiras de Cima. Referiu ainda achar que esta variante também iria influenciar positivamente a zona industrial de Aveiras de Cima/Alcoentre. Relativamente, ainda, a acessibilidades, o Sr. José de Almeida criticou o estacionamento de camiões na faixa lateral à estrada nacional, que dificulta o trânsito e elimina aquela faixa escapatória muito importante na circulação da estrada. Para terminar referiu ter terminado mais um verão sem que tenham sido colocadas árvores junto aos bancos existentes no Jardim Urbano de Azambuja, que é um local aprazível mas que tem esta falha.-----

--- O Sr. Presidente tomou a palavra dizendo que quanto à primeira intervenção não se ia pronunciar, quanto à primeira questão do Sr. José de Almeida, solicitou ao Sr. Vice-presidente o uso da palavra nesta matéria.-----

--- O Sr. Vice-presidente interveio dizendo na reunião que o Sr. José de Almeida mencionou foi deliberada a criação de uma Comissão de Utentes que ordenará as decisões que se pretendem desenvolver e também foi deliberado fazer um abaixo-assinado que está a ser efetuado pela Junta de Freguesia, quanto à colocação de um marco de correio na Praça da Republica. Esta medida não foi aprovada por todas as pessoas e até mesmo o representante do sindicato presente disse não ser a altura ideal para pedir aos CTT a colocação do marco. Vão aguardar mais algum tempo e se realmente não se verificar a abertura da estação dos CTT, vai-se avançar com o pedido da colocação do marco de correio.-----

--- O Sr. Presidente respondeu às restantes questões colocadas pelo Sr. José de Almeida dizendo que a construção da variante de Aveiras de Cima é uma necessidade que "salta aos olhos" de todos. Tanto Azambuja como Alcoentre já têm as suas variantes urbanas que facilitam a circulação automóvel e é por reconhecer a necessidade da existência de uma variante em Aveiras de Cima que a Câmara incluiu no Plano de pormenor da Zona Nascente de Aveiras de Cima, a construção dessa variante. O Plano tem vindo a ser desenvolvido, na última abordagem que fez verificou que o desenho está praticamente concluído, havendo duas opções relativamente à inserção da variante. Daí que tenha de existir uma reunião com o INIR (Instituto de Infraestruturas Rodoviárias) e com as Estradas de Portugal, para que se pronunciassem sobre cada uma das opções, uma vez que a variante fará parte da rede de estradas nacionais, mas dada a grande turbulência interna que estas duas instituições vivem, a Câmara ainda não conseguiu agendar uma data para a realização da reunião. -----

--- Relativamente ao estacionamento de camiões junto à EN, já reparou na situação e pensa colocar a questão à Estradas de Portugal, uma vez que aquela faixa lateral pertence à EN3. A Câmara poderá ainda tomar a iniciativa de colocar uns folhetos nos para-brisas dos veículos, explicando aos senhores condutores de veículos TIR que a Câmara investiu e fez um parque de estacionamento bem mais interior na vila, que é o parque de estacionamento junto à Praça de Touros, que tem dimensão suficiente para albergar estes veículos sem incomodar ninguém. -----

--- Quanto à questão das árvores no Jardim Urbano não vai tecer mais considerações porque já abordou o tema várias vezes. -----

--- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente passou ao ponto seguinte.-----

#### **--- INTERVENÇÕES DOS VEREADORES-----**

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção dizendo que leu com muita atenção o chamado "Documento Verde da Reforma da Administração Local" e retirou algumas conclusões que vai aqui tentar expressar brevemente e referindo aquilo que entende serem as consequências em termos do Município de Azambuja. Verificou existirem três linhas fundamentais de exposições neste documento que dizem diretamente respeito a este município. A primeira tem a ver com os critérios e requisitos que as atuais freguesias têm que obedecer para continuar a ser freguesias. A segunda diz respeito aos cargos dirigentes municipais e a terceira diz respeito ao setor empresarial local (SEL). Também concluiu, da leitura que fez, que este documento avança bastante na definição de critérios relativamente às condições a que as freguesias têm de obedecer, avança mais ou menos relativamente à descrição de critérios que definem o número e enquadramento de chefias nos municípios de acordo com a sua população e avança mais abstratamente no que diz respeito aos sector empresarial local, nomeadamente à eventual extinção das chamadas Empresas Municipais, ou Empresas de Economia Mista.-----

--- Sobre a primeira matéria concluiu que, no caso específico do município de Azambuja e dado que na sede do município só existe uma freguesia, a generalidade das freguesias obedecem aos critérios para se manterem enquanto freguesias, à exceção das freguesias de Vale do Paraíso e Maçussa. A Maçussa é uma freguesia iminentemente rural que tem menos de 500 habitantes e dista menos de 16 Km (em linha reta) da sede do município. Quanto à freguesia de Vale do Paraíso, a sua densidade populacional classifica-a como freguesia maioritariamente urbana e, portanto, necessitaria de ter pelo menos mil habitantes, o que não é o caso, para se manter como freguesia. Nesta fase não vai tecer juízos de valor sobre este tipo de critérios porque já muito foi falado sobre esta matéria, mas pensa que deve ser visto com um olhar diferente o caso daquelas freguesias em que as acessibilidades e a litoralidade sejam fatores determinantes na vida das respetivas populações e aquelas freguesias em que a interioridade dificulta o acesso das populações a determinadas infraestruturas e faz com que muitas vezes a Junta de Freguesia seja a única referência pública que exista num raio de vários quilómetros. -----

--- Faz, no entanto, um apelo relativamente à freguesia de Vale do Paraíso. Como sabem a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Assembleias de Freguesia de Azambuja e Vale

do Paraíso aprovaram há uns tempos uma nova definição das fronteiras destas freguesias, a qual iria fazer com a população de Vale do Paraíso ficasse superior a mil habitantes. Na altura foram desenvolvidas diligências junto dos diversos grupos parlamentares da Assembleia da República - uma vez que esta matéria tem que ser votada por este órgão. Essa votação já estava agendada pela Comissão do Poder Local quando o governo caiu e tiveram lugar as eleições, provocando uma alteração na constituição da Assembleia da República, pelo que deixa aqui um apelo aos membros dos partidos aqui representados que intercedam junto dos partidos que representam, para que esta situação pudesse, em tempo útil, ser votada, para que deixasse de pairar sobre a freguesia de Vale do Paraíso esta ameaça de extinção como freguesia. -----

--- Sobre a Maçussa e, de acordo com estes critérios, pensa que haverá pouco a fazer a menos que haja uma alteração destes critérios, nomeadamente haver alterações na distância à sede de concelho. -----

--- Quanto à segunda matéria, os cargos dirigentes nas Câmaras, segundo uma listagem da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a generalidade dos municípios vão ser sujeitos a uma redução bastante significativa dos cargos dirigentes. Assim, já começaram a trabalhar para implementar esta redução, uma vez que vai obrigar a uma reorganização dos serviços para se adaptar a esta determinação. Mas gostava que houve legislação que regulamentasse esta matéria, o Governo fez um cronograma para a aplicação desta medida mas é necessário regulamentá-la. -----

--- Mais que regulamentada tem que ser a questão do SEL, porque há alguma abstração relativamente aos critérios que conduzirão à extinção das chamadas empresas municipais. Supõe que um dos critérios seja a independência em mais de cinquenta por cento das transferências compensatórias municipais para as empresas municipais e assim todas aquelas que dependerem em mais que cinquenta por cento da transferência municipais terão que ser extintas, mas também não há regulamentação que diga como é que este processo irá ser conduzido. Logo que surja a regulamentação que se impõe e tomarão as decisões que forem necessárias. -----

--- Dando por terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador António Nobre. -----

--- O Sr. Vereador cumprimentou todos os presentes e, no seguimento da intervenção do Sr. Presidente, disse que enquanto representante da CDU na Câmara não lhe foi fornecida nenhuma cópia do documento sobre o qual o Sr. Presidente fez a sua intervenção. Apesar de não ser um documento desconhecido, acha lamentável que os representantes das diversas forças políticas junto das autarquias não sejam ouvidos sobre uma matéria tão importante. Não sabe o que foi assinado no acordo com a *Troika*, mas pensa que no acordo não está quantificada com exatidão quantas freguesias têm de acabar. Portugal gosta muito de importar exemplos de fora, mas podem ver que na Europa, o país que mais recentemente levou a cabo uma reforma destas, foi a Grécia e sabe-se porquê. E vê-se o estado em que está. Percebe-se que é uma medida financeira, para cortar gastos nas autarquias e nomeadamente nas empresas municipais, sendo certo que muitas delas nunca deveriam ter visto a luz do dia. Sobre a junção de municípios também não vê grande motivo para que se vá mexer no mapa que está perfeitamente estabilizado já há muitos anos, onde quer a atividade política, quer económica e social sempre girou à volta desses polos, sendo que não nos devemos esquecer que o nosso país tem problemas de desertificação muito graves e ao intervirmos nesta matéria, desconhecendo ou omitindo essa razão, podemos estar a agravar um fenómeno sobre o qual não se vêm políticas para o combater. Gostaria que o Sr. Presidente, enquanto representante da Câmara, oficiasse o Ministério da Administração Interna para oficialmente comunicar ao município quais são os seus projetos nesta matéria e não única e exclusivamente pôr no seu site este "Livro Verde". Em democracia é necessário algum respeito para com aqueles que foram eleitos. -----

--- Mudando se assunto perguntou sobre o Centro de Dia da Maçussa, que já foi inaugurado mas ainda não está ativo. Continuando e referindo-se a um relatório do revisor oficial de contas sobre as contas semestrais do município de Azambuja, mencionou uma reserva relativa a um débito à empresa que recolhe o lixo de cerca de 680 mil euros. Pergunta a razão de ser dessa dívida pois todos os munícipes que têm contador de água, também pagam a sua taxa de resíduos sólidos na mesma fatura. -----

--- Outra questão que está pendente é o loteamento da empresa "Luís Simões". Gostaria de saber em que situação se encontra esta questão, depois de há cerca de um mês o assunto ter sido debatido e existirem diferentes opiniões, o Sr. presidente ficou de se debruçar sobre o assunto e portanto aguarda as conclusões a que chegou.-----

--- O Sr. Presidente interveio no sentido de responder de imediato às questões levantadas pelo Sr. Vereador António Nobre. Quanto ao Centro de Dia da Maçussa referiu que a Câmara fez a construção do Centro de Dia da Maçussa, posteriormente foram feitos os arranjos exteriores e, neste momento, está a ser feito o procedimento para a aquisição do mobiliário, para depois se fazer abertura do espaço às pessoas. Lembrou que ainda não houve a inauguração do espaço. -

--- Sobre a dívida à empresa "Ecoambiente", a empresa que recolhe os resíduos, o Sr. Presidente disse que têm mantido o contrato com esta empresa que prevê a recolha diária dos resíduos sólidos e pensa que esta recolha se tem mantido até porque a Câmara tem técnicos que fazem essa fiscalização. Quanto aos valores cobrados aos munícipes juntamente com a fatura da água, não cobre, nem de perto, os gastos que o município tem com a recolha e tratamento de resíduos sólidos e, com as dificuldades de tesouraria que são comuns a todas as estruturas municipais e uma vez que não há a chamada consignação de receitas na nossa regulamentação sobre finanças locais, damos prioridade a acudir a outro tipo de situações relativamente ao pagamento deste serviço a esta empresa, que integra um dos mais sólidos grupos portugueses e que naturalmente tem alguma capacidade de suportar atrasos em termos de pagamento. No entanto referiu que já se fez uma reunião com a empresa e já se pré-acordou um plano de pagamentos e já se obteve o acordo da empresa numa renegociação do contrato, tendo em vista dar corpo à nova situação do município, ou seja com menos meios, não podemos manter a mesma qualidade de serviço que tínhamos com mais meios financeiros disponíveis. ----

--- Sobre o processo "Luís Simões", do seu ponto de vista as coisas são claras. Foi feito o licenciamento do loteamento que tanto no ponto de vista técnico como no ponto de vista jurídico suportou essa mesma decisão. Está a decorrer um Plano de Pormenor dessa área, embora tenha uma área de abrangência um tanto maior. A empresa ultrapassou os limites do licenciamento que tinha e a obra foi embargada.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre retomou a palavra e em relação aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente quanto ao débito à empresa de recolha de resíduos sólidos disse que está preocupado. Quando o Sr. Presidente tomou a iniciativa de renovar a concessão à empresa não houve cuidado e já nessa altura era patente a situação financeira do município e se equacionavam medidas de contenção. O que é certo é que esta dívida se vai acumulando e o município não pode estar a contar com a capacidade financeira desta ou daquela empresa que fornece os serviços tem é que contar com a sua capacidade financeira para honrar os seus compromissos. Há que avaliar as consequências pois além da dívida crescem os juros e que a empresa, legitimamente, se pode recusar a fazer a recolha uma vez que os pagamentos pelo serviço prestado estão em atraso -----

--- Em relação ao loteamento "Luís Simões", o Sr. Vereador António Nobre disse que o Sr. Presidente teima com uma versão que não tem correspondência com a realidade. O ato administrativo de licenciamento fundamentou-se em pressupostos que não existiam e isso tem uma consequência jurídica típica, portanto, a manter-se uma situação destas também não nos deixa uma grande margem de manobra porque não podemos passar com uma esponja sobre este tipo de atos que são ofensivos da lei e sabe quais são as consequências que daí derivam.--

--- De seguida interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio no sentido de esclarecer uma questão que, na anterior sessão, foi colocada pelo Sr. Vereador José Elias Gabirro sobre o eventual surto de brucelose na área do município e, mais concretamente, na freguesia de Aveiras de Cima. Na altura que a questão foi colocada não tinha dados suficientes para responder mas, agora, depois de consultar as autoridades locais de saúde e a Direção-Geral de Veterinária, foi informado que nada de anormal existe e que se for detetado algum caso na sequência de análises efetuadas, o animal é de imediato isolado e abatido. -----

--- Interveio o Sr. Vice-presidente que informou que nestes últimos dias houve um reforço com 11 militares da GNR no posto de Azambuja, que passou a ter um efetivo de 28 militares. No posto de Aveiras de Cima houve um reforço de 3 militares e passou a ter um efetivo de 22. Continuando a sua intervenção, o Sr. Vice-presidente disse ainda que o posto da GNR de Azambuja vai ter um novo comandante, que é o Sargento-chefe Dias, que já comandou o posto da GNR de Aveiras de Cima. Ainda em relação à GNR, disse que a Câmara recebeu nestes últimos dias um ofício do Gabinete do Sr. Ministro da Administração Interna, em resposta a um ofício do Sr. Presidente Joaquim Ramos, sobre a possibilidade de encerramento do posto da GNR de Aveiras de Cima, em que é dito que não existe qualquer estudo ou ambição de encerrar o posto territorial de Aveiras de Cima. -----

--- Continuando o Sr. Vice-Presidente informou que na passada semana tinha sido realizada uma reunião com a população de Aveiras de Cima para prestar esclarecimentos sobre o encerramento do posto dos CTT. Foi uma reunião com bastante participação e onde foi deliberado criar uma Comissão de Utentes, bem como elaborar um abaixo-assinado. Vai ainda ser distribuído um comunicado à população informando das deliberações que foram tomadas nesta reunião. Disse, ainda, que no dia seguinte se iria realizar uma reunião semelhante nas instalações da Junta de Freguesia de Alcoentre, com vista à tomada de medidas contra o encerramento do posto dos CTT de Alcoentre. Ainda sobre os CTT e descartando desde logo a hipótese de diálogo, esclareceu desde logo o munícipe José de Almeida que a Câmara está muito preocupada com o encerramento do posto dos CTT e também com o facto de não existirem marcos para as pessoas depositarem o correio, mas está confiante nos resultados desta situação. Disse ainda que nem a autarquia nem a freguesia estão contra as pessoas que aceitaram ficar o com serviço dos CTT, apenas estão contra o encerramento do posto de correios. -----

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira que destacou dois aspetos que resultaram do Conselho Municipal de Educação que decorreu no dia anterior. Um aspeto prende-se com o pré-escolar. Depois de se ter debatido o impacto que teria a abertura do pré-escolar público nas IPSS do concelho, queria dar conta do reforço muito positivo da articulação entre o pré-escolar da rede pública e das IPSS, pensa que é um passo importante de forma a conseguir conciliar e trabalhar em conjunto e parceria. Um outro aspeto que queria destacar prende-se com a crescente tomada de consciência dos problemas sociais que vão identificando nas escolas e da forma como estão a tentar contribuir para a resolução de algumas situação que estão ao alcance de resolver, tendo em conta que alguns desses fatores se refletem no abandono escolar e no insucesso escolar que preocupam a comunidade educativa deste concelho. Operacionalizaram e montaram um mecanismo que vão pôr em prática com o objetivo de intervir neste tipo de situações e que daí possa surtir um contributo válido para todos aqueles que precisam. -----

--- Continuando a Sra. Vereadora disse que na semana anterior tinham sido assinados os dois contratos de financiamento das duas últimas candidaturas que tinham sido aprovadas - o reordenamento urbano da avenida 25 de Abril, nos Casais de Vale do Brejo e o reordenamento urbano da Avenida 25 de Abril, na Maçussa - projetos que têm como objetivo melhorar as zonas de circulação circundantes a estas duas vias, permitindo aumentar a segurança para o tráfego de peões e veículos. Trata-se, no caso de Vale do Brejo, de um investimento total de trezentos e

oitenta e um mil euros e, no caso da Maçussa, o investimento total é de quatrocentos e trinta mil euros, tanto num caso como noutro foi aplicada uma taxa de financiamento de oitenta por cento.

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes interveio para tecer alguns comentários sobre algumas intervenções feitas pelos presentes. Começou pela intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcoentre, dizendo ser da inteira legitimidade do Sr. Presidente trazer o assunto à sessão de câmara, bem como levá-lo à assembleia de freguesia e à sessão da junta de freguesia ou à assembleia municipal e agradeceu desde logo ter tantos leitores daquilo que escreve no facebook e que sejam tão atentos. Mencionou o facto de que o número que o Sr. Presidente aqui veio fazer mais não é que a repetição do que já tinha feito em Julho de 2002, numa assembleia municipal que se realizou em Aveiras de Cima, em que resolveu ler uma afirmações, numa altura em que não se podia defender, sobre uma alegadas chamadas telefónicas que o Sr. Vereador teria feito nas instalações da Câmara. Na altura a questão ficou resolvida em tribunal, mas este caso nem sequer tem essa dimensão. No entanto aproveita para informar que lhe parece que numa reunião interna do PS, o Sr. Presidente da Junta terá questionado como é que teve acesso às plantas originais do PDM e quer esclarecer todos os presentes que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, no seu primeiro mandato enquanto Presidente da Câmara, entregou a todos os Vereadores da oposição um conjunto completo de plantas que integravam o PDM, nomeadamente as plantas antigas, portanto as plantas que aqui apresentou há algumas semanas atrás não surgiram por passe de mágica.-----

--- Ainda a propósito de plantas e fazendo já a ligação ao tema do loteamento "Luís Simões", o Sr. Vereador António Jorge Lopes, a propósito daquilo que o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Diretor de Departamento disseram ao jornal "Público" (admitindo que as palavras que se encontram retratadas no jornal sejam efetivamente aquelas que disseram), quer manifestar o seu agrado pelo Sr. Vice-Presidente se ter pronunciado sobre algo em relação a este processo porque durante semanas a fio andou a perguntar sobre este assunto e nunca lhe respondeu o que quer que fosse. Disse ainda querer acreditar que o Sr. Vice-Presidente não utilizou a expressão que vem na notícia "... a Luís Simões se esticou um bocadinho...". Outra expressão que consta da notícia e que também faz um esforço para acreditar que o Sr. Diretor de Departamento não a tenha utilizado é a seguinte: "... os técnicos municipais presumiram que naquele terreno também seria urbanizável...", então há uma planta de enquadramento que deveria servir de base para a digitalização não foi utilizada e faz-se uma presunção e temos mais de nove mil metros em terreno urbanizável. Tem, por isto, a certeza que este assunto vai aqui continuar a ser discutido nos próximos meses, Volta a sugerir aquilo que já sugeriu anteriormente - não peçam pareceres a sociedades de advogados, sejam elas quais forem, perguntem a quem decide, ou seja à CCDDR, qual é a planta legítima para assim saber se o ato administrativo a que a Câmara teve em relação a este loteamento é ou não válido.-----

--- Em relação à reforma administrativa o Sr. Vereador António Jorge Lopes disse que agradece muito o apelo que o Sr. Presidente da Câmara fez em relação à freguesia de Vale do Paraíso, apelo esse que pessoalmente já tinha feito na última sessão de Câmara e aproveita para informar que, no que respeita ao grupo parlamentar do PSD, já têm conhecimento do dossier, já conhecem a posição da Câmara. Foi transmitido, na passada quinta-feira, numa reunião que a direção grupo parlamentar fez aqui em Azambuja. Julga que hoje à noite também vão estar deputados do PS em Azambuja, pelo que podem aproveitar a ocasião e reforçar o pedido. Isto sem prejuízo de, para fazer a defesa da freguesia de Vale do Paraíso nos exatos termos que foram aprovados quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal de Azambuja. Importa ter presente, para que não sirva de boomerang, que o estudo que tinha sido feito pelo anterior Secretário de Estado das Autarquias Locais implicava que o concelho de Azambuja, apenas ficasse com cinco freguesias, portanto esse aspeto não é com o atual governo.-----

--- Continuando a sua intervenção o Sr. Vereador Jorge Lopes disse que gostaria que lhe fosse facultada a troca de correspondência com a empresa "Ecoambiente", cópia do pré-acordo que já

foi atingido em relação aos pagamentos e em que termos é que está a ser feita a renegociação da dívida.-----

--- O Sr. Vice-Presidente interveio dizendo que só responde às interpelações que lhe são feitas quando o entende. Na altura disse ao Sr. Vereador Jorge Lopes que não respondia porque não estava em nenhum tribunal. Quando achou oportuno respondeu ao Sr. Vereador.-----

--- O Sr. Vereador António Jorge Lopes disse registar que o Sr. Vice-Presidente preferiu dar a resposta a um jornalista do que a um Vereador da Câmara Municipal de Azambuja. Colocou a questão três vezes sem obter resposta, pelo que volta a perguntar, na expectativa de obter uma resposta, se o Sr. Vice-Presidente concorda ou não com a construção do parque TIR à entrada de Azambuja.-----

--- O Sr. Vice-presidente interveio dizendo que a sua resposta é a mesma que já deu e que vem no jornal. Concorde, porque não é só na entrada de Azambuja que existem estes parques e é preferível um parque TIR do ali ficar aquela bolsa de terreno com uma lixeira como aquela que ali estava. Além disso não é só em Azambuja que existem terminais de camiões e o Sr. Vereador nunca se interessou e nunca falou quando fizeram obras destas, por exemplo, em Alcoentre.-----

--- O Sr. Presidente, ainda sobre este assunto e por existir uma situação que lhe diz diretamente respeito, disse que o Sr. Vice-presidente se pronunciou publicamente sobre este assunto numa altura em que, por motivos da sua vida privada, estava ausente, e o Sr. Vice-presidente estava em sua substituição. Portanto a resposta foi dada nesse âmbito.-----

#### ----- ORDEM DO DIA-----

#### --- APROVAÇÃO DE ATAS -----

--- A ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de Setembro de 2011 foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção (Sr. Vice-Presidente por não ter estado presente na reunião). A ata foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.-----

#### --- PONTO 1 – Associação Centro de Dia para a 3.ª Idade de Nossa Senhora do Paraíso – Isenção de Taxas -----

#### --- PROPOSTA N.º 85/P/2011 -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que se transcreve:-----

--- "Considerando:-----

--- o processo n.º 1/11-EUC\*, em nome de Associação Centro de Dia para a 3.ª Idade de Nossa Senhora do Paraíso, no âmbito do qual se pretende licenciar a obra de ampliação do edifício localizado em Vale do Paraíso e destinado a Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Considerando que as taxas devidas pela emissão do alvará de licença ascendem a 6.312,70€ (seis mil trezentos e doze euros e setenta cêntimos), tendo a Associação requerido a isenção do seu pagamento em 7/9/2011;--- que com este projeto se pretende criar a valência de Lar de Idosos com capacidade máxima para 9 utentes, que já mereceu o parecer favorável do Instituto da Segurança Social, I.P.-----

--- que a Associação é uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo o apoio à terceira idade e outras atividades de promoção do bem-estar da população de Vale do Paraíso e o seu âmbito de ação abrange a freguesia de Vale do Paraíso e áreas envolventes, sendo o único recurso neste âmbito com intervenção na área daquela freguesia;-----

--- que se trata de uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve uma importante ação social na área do município de Azambuja, prossequindo atividades de interesse público, sendo o único recurso neste âmbito com intervenção na área da freguesia de Vale do Paraíso;-----

--- o manifesto interesse social, quer das atividades atualmente desenvolvidas pela Associação, quer da valência que com esta obra de ampliação se pretende criar, estando prevista a criação de mais 6 postos de trabalho, contribuindo também para combater a falta de emprego na área do Município;-----

--- a especial natureza desta entidade como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tendo sido reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tal como consta do documento que se anexa emanado da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.-----

---que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, republicado pelo D.L. n.º 159/2009, de 13 de Julho, as IPSS beneficiam de isenção de IRC e que o n.º 2 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja prevê a possibilidade de a Câmara Municipal dispensar o pagamento das taxas a estas entidades; -----

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência prevista no n.º 2 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja (Regulamento n.º 816/2010 publicado no DR II Série de 27/10/2010, com a Declaração de Rectificação n.º 2255/2010, DR II Série de 5/11/2010), isentar, no âmbito do processo n.º 1/11-EUC, a Associação Centro de Dia para a 3.ª Idade de Nossa Senhora do Paraíso do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de licença relativo à obra de ampliação para Lar de Idosos a efetuar no edifício atualmente já destinado a Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário". ---

--- O Sr. Presidente referiu que a presente proposta diz respeito a uma prática que Câmara tem seguido - permitida em termos do regulamento respetivo. Trata-se aqui de isentar das taxas a associação do Centro de Dia para a 3.ª idade de Nossa Senhora do Paraíso, relativamente ao alvará de licença relativa à obra de ampliação do lar de idosos, que ascenderiam a 6.312,7€.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre, para reafirmar que esta é uma prática legal, que não estão a fazer um favor, no entanto realçou que o Centro tem poucos utentes, apenas nove.-----

--- O Sr. Presidente referiu que ampliação prende-se com a criação da valência de lar no atual centro de dia, os utentes estão lá durante o dia e chega à noite têm de regressar às suas casas ou de familiares. Esta ampliação vai permitir que nove utentes passem a residir no Lar.-----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes disse nada ter contra esta proposta apenas queria sublinhar o seguinte: durante a campanha eleitoral e mesmo depois dela continua a defender que o concelho de Azambuja tem obrigação de apostar na economia social e a prova é o rácio de empregabilidade que a mesma tem, por nove utentes que o Lar tem, são criados seis postos de trabalho. Além de dar resposta a uma necessidade social simultaneamente também cria emprego.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre disse que realmente são nove utentes mas não se conhecem as condições exigidas para acesso a estes lugares e isso era importante saber. É apontado como um objetivo a criação de seis postos de trabalho mas também decorrem de exigências legais deste tipo de estabelecimentos.-----

--- O Sr. Presidente referiu que não sabe se no processo de licenciamento constam as condições de acesso à ocupação destas vagas, mas a IPSS tem acordo com a Segurança Social e esta nova valência fará também parte desse acordo e que nesses acordos com a Segurança Social estão salvaguardadas as condições de acesso dos utentes a esta valência de lar, mas confessou que não sabe exatamente quais são essas condições.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre referiu que o benefício em causa é concedido para uma determinada finalidade. Se não atingir essa finalidade obviamente que não pode ser concedido e o Município, ao definir os seus apoios, também tem que ter em conta a sua competência social. -

--- O Sr. Presidente disse que hoje e pela primeira vez o Sr. Vereador levantou este tipo situação quando nem há um mês, foi aqui votada sem qualquer espécie de questão, o mesmo assunto relativamente à CERCI. Por definição estas são instituições que dão apoio a pessoas que dele carecem, se tem anteriormente questionado é claro que se tinha informado sobre as condições de acesso dos utentes, mas pressupõe-se que serão utentes do Centro de Dia que carecem

deste tipo de infraestrutura. Há instituições no país vocacionadas para fiscalizar estas instituições e neste caso compete à Segurança Social fazer esta inspeção. -----

--- O Sr. Vice-presidente disse desconhecer o regulamento de acesso mas, em conversa com o Presidente da instituição foi-lhe dito que a criação desta valência procura suprir carências de utentes do Centro de Dia que, nalguns casos, não têm familiares que possam cuidar deles fora do Centro de Dias, ou outros oriundos de famílias carenciadas que não têm meios de cuidar dos seus idosos. -----

--- O Sr. Vereador António Nobre salientou ao Sr. Presidente que foi a primeira vez que levantou esta questão mas também foi a primeira proposta do género que foi presente após o Sr. Presidente ter efetuado cortes cegos nos apoios sociais, nomeadamente nas bolsas de estudo. -

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 85 /P / 2011 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **PONTO 2 – Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Quinta da Mina** -----

--- **Proposta Nº 86/P/2011** -----

--- O Sr. Presidente referiu que em Janeiro de 2009 foi aprovada a realização de um Plano de Pormenor (PP) da Quinta da Mina. Entretanto, foram correndo os estudos relativamente a este PP e foi aprovado e entrou em vigor o PROT, que veio definir novas regras para esta situação. O PP da Quinta da Mina tinha uma componente empresarial na sua zona mais baixa. Numa zona contígua à atual zona industrial Azambuja/Vila Nova da Rainha tinha uma zona turística acima da encosta. Entretanto o PROT veio regular este tipo de situações e, nomeadamente ao setor do turismo veio impor um conjunto de normas que precisam de ser regulamentadas, o que ainda não aconteceu. Portanto, isto dava origem a duas situações, ou se esperava a regulamentação geral de todas estas matérias relativas ao capítulo do turismo do PROT e se ia adiando toda a execução do PP ou se dividia o PP em dois PP que avançariam em velocidades diferentes, um referente à componente industrial com o chamado Parque empresarial da Quinta da Mina e outro que diz respeito à componente turística. E é esta segunda opção que aqui se propões que se dê por extinto o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor global da Quinta da Mina e que em seu lugar se estabeleçam dois contratos de planeamento, um relativamente à componente industrial e outro relativamente à componente turística, embora a área de intervenção seja mesma que constava do procedimento aprovado em 27/01/2009. -----

--- O Sr. presidente referiu, ainda, que tinham sido distribuídos com a proposta os termos de referência dos PP propostos e que está presente o Sr. Diretor de Departamento de Urbanismo que poderá responder a questões técnicas suscitadas pelos Srs. Vereadores. -----

--- O Sr. Vereador António Jorge Lopes disse que gostaria de saber, tendo em conta o histórico bem recente de divisão em duas fases de planos de pormenor, se já existe, nos serviços técnicos da Câmara, algum pedido de licenciamento no âmbito destas duas parcelas de terreno, qual é a área total destas duas parcelas de terreno e em função das respostas obtidas logo dirá mais alguma coisa. -----

--- O Sr. Diretor de Departamento de Urbanismo informou que para a área do plano de pormenor não entrou nenhum pedido de licenciamento nos serviços técnicos. Em relação à área, um dos terrenos tem 632.638 m<sup>2</sup> e o outro terreno tem 50.000 m<sup>2</sup>, sendo esta a área que consta nas certidões que estão no processo. -----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes sugeriu ao Sr. Presidente que a proposta fosse retirada e que os termos de referência dos dois contratos de planeamento fossem melhor analisados, pois são referidas duas parcelas com mais de 600.000m<sup>2</sup> cada uma. Os documentos presentes referem dois planos correspondentes a duas parcelas distintas mas em que um dos planos refere-se à área de 632.368m<sup>2</sup> e o outro plano refere esta mesma área acrescida dos 50.000m<sup>2</sup>. Outra questão que lhe suscita dúvidas é a questão da titularidade. Há um Sr. Manuel Pinheiro que num contrato de planeamento assina pela "Serra dos Castelos", não se sabe se como administrador ou não, e noutro contrato assina como proprietário. Perante isto acha melhor retirar a proposta e analisar melhor os contratos. -----

--- O Sr. Presidente disse aceitar a sugestão do Sr. Vereador António Jorge Lopes, pois esta questão das áreas deverá ser definida concretamente para cada plano. -----

--- A Proposta foi retirada. -----

--- **PONTO 3 – Associação de Radioamadores do Ribatejo – Denúncia de Protocolo** -----

--- **Proposta Nº 44/VP/2011** -----

--- O Sr. Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

---“Considerando que: -----

--- O município de Azambuja aprovou, em 14 de Julho de 2009 a celebração de um Protocolo de Cooperação com a Associação de Radioamadores do Ribatejo, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta n.º 10/V-JMP/2009 cuja cópia se junta à presente proposta e que dela faz parte integrante; -----

--- À data da celebração do referido protocolo o município não dispunha de meios de comunicação suficientes para assegurar cabalmente as atribuições e competências no âmbito da proteção da floresta contra incêndios; -----

--- A recente reorganização encetada pelo Serviço Municipal de Protecção Civil mediante a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais e, a aquisição de equipamentos e meios técnicos para o efeito, designadamente uma viatura, vestuário de proteção e rádios; -----

--- O atual contexto económico-financeiro que afeta o País e, em especial, a capacidade de as Autarquias Locais continuarem a assegurar e compartilhar financeiramente atividades de terceiros, impõe-se a adoção de medidas que possam reduzir a despesa por parte do município; -----

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara, no âmbito das suas competências próprias, delibere denunciar o Protocolo de Cooperação com a Associação de Radioamadores do Ribatejo, celebrado em 11 de Agosto de 2009 conforme anexo à Presente Proposta, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 24.º do referido Protocolo.” -----

--- O Sr. Vice-Presidente esclareceu que se pretende denunciar o contrato celebrado com esta associação em 2009. Como, entretanto, foi criado o Serviço Municipal de Protecção Civil, com serviço de sapadores devidamente organizado, não se vê necessidade de se manter este protocolo em vigor. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 44 /VP / 2011 foi aprovada com seis votos a favor (grupos PS e CPFNT) e uma abstenção (Grupo CDU).-----

--- **PONTO 4 – Centro escolar Boavida Canada – Protocolo para fornecimento de material de limpeza e higiene** -----

--- **Proposta Nº 09/VAMF/2011**-----

--- A Sra. Vereadora Ana Ferreira apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

---“Considerando: -----

--- as responsabilidades do Município em matéria de Educação, nomeadamente no que diz respeito ao nível de ensino Pré-escolar; -----

--- que o Agrupamento de Azambuja tem uma maior facilidade na gestão do processo de aquisição de materiais de higiene e limpeza, para o Pré-escolar do Centro Escolar Boavida Canada; -----

--- que o Agrupamento obriga-se a utilizar a verba em causa exclusivamente na aquisição de bens destinados ao cumprimento do ponto 2; -----

--- Proponho: -----

--- A aprovação da minuta do protocolo que se anexa, que estabelece as regras de operacionalização de fornecimento de material de limpeza e higiene ao Centro Escolar Boavida Canada destinada ao ensino Pré-escolar”. -----

--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira disse que a proposta resultou de uma solução encontrada entre o Agrupamento de Escolas de Azambuja e a Câmara Municipal, no sentido de se operacionalizar o fornecimento de materiais de higiene e limpeza ao pré-escolar do Centro

Escolar Boavida Canada e cuja cláusula segunda refere à verba trimestral em causa e que resultou de uma avaliação de custos com base na análise dos anos anteriores e que foi o resultado do comum acordo das duas partes.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º09/VAMF / 2011 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **PONTO 5 – Atribuição de apoio para material de desgaste aos Agrupamentos Escolares de Azambuja, Vale de Aveiras e Alto do Concelho** -----

--- **Proposta Nº 10/VAMF/2011** -----

--- A Sra. Vereadora Ana Ferreira apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- "Considerando:-----

--- *As responsabilidades do Município e matéria de Educação.*-----

--- *A participação do Município na aquisição de material de desgaste para os professores do Ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo.*-----

--- *Proponho:*-----

--- *A atribuição das verbas de 1200€ (mil e duzentos euros) ao Agrupamento de Escolas do Alto Concelho, de 3400€ (três mil e quatrocentos euros) ao Agrupamento de Escolas de Azambuja e de 1.500€ ao Agrupamento de Escolas Vale Aveiras."*-----

--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira referiu que esta proposta visa uma participação que a Câmara faz junto dos três agrupamentos escolares e que se destinam à aquisição de material de desgaste para os educadores de infância e professores de primeiro ciclo.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 10/VAMF / 2011 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **PONTO 6 – Informações** -----

--- **Ponto 6.1. – Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento** -----

--- Adjudicações de Bens e serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período:07/10/2011 a 19/10/2011.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Ponto 6.2. - Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade** -----

--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 18 de Outubro de 2011-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Ponto 6.3. - Informação N.15/P/2011- Modificação ao Orçamento.**-----

---A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Ponto 6.4. - Informação Nº 14/P/2011- Modificação ao Orçamento** -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Ponto 6.5. - Departamento de Urbanismo – Despachos do mês de Setembro.**-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Encerramento** -----

--- Eram 17 horas e 30 minutos, quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e Pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----